

CRISTIANE DRUVE TAVARES FAGUNDES

MODELO BRASILEIRO DE PRECEDENTES

a relevância da fundamentação no contexto precedentalista

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Fagundes, Cristiane Druve Tavares.
Modelo brasileiro de precedentes -
a relevância da fundamentação no
contexto precedencialista / Cristiane
Druve Tavares Fagundes - Londrina,
PR: Thoth, 2021.

304 p.

Bibliografias: 279-304

ISBN 978-65-5959-122-0

1. Direito processual civil. 2. Precedentes. 3.
Civil law. 4. Common law. I. Título

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Eloísa Pires

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA	7
AGRADECIMENTOS	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
A CLÁSSICA DIVISÃO ENTRE <i>CIVIL LAW</i> E <i>COMMON LAW</i>	23
1.1 O <i>civil law</i>	25
1.2 O <i>common law</i>	29
1.3 Aproximação entre <i>civil law</i> e <i>common law</i>	37
CAPÍTULO 2	
O MODELO CLÁSSICO DE PRECEDENTES	45
2.1 A doutrina do <i>stare decisis</i>	45
2.1.1 Benefícios do <i>stare decisis</i>	55
2.1.2 Críticas ao <i>stare decisis</i>	60
2.2 Precedente judicial	62
2.2.1 <i>Ratio decidendi</i> ou <i>holding</i> e <i>obiter dictum</i>	72
2.3 Limites à rigidez da doutrina do <i>stare decisis</i> : as técnicas de <i>distinguishing</i> e <i>overruling</i>	78
2.4 Notas, a um só tempo, conclusivas do Capítulo 2 e introdutórias ao Capítulo 3	84
CAPÍTULO 3	
PROBLEMATIZAÇÃO DO MODELO DE PRECEDENTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	87
3.1 Adoção do modelo de <i>common law</i> ?	88
3.2 Quais as distinções conceituais entre jurisprudência, súmula e precedente? ..97	
3.2.1 Uma ode à superação de divergências de nomenclatura	111
3.2.2 Quais os elementos do precedente de acordo com o ordenamento	

jurídico brasileiro?	113
3.3 É inovadora a implementação da observância a precedentes no Brasil?	118
3.4 Por que respeitar precedentes no Brasil?.....	127
3.5 O juiz: intérprete-aplicador ou criador do direito?	141
3.6 Precedente judicial cria norma?	149
3.7 Os provimentos jurisdicionais previstos no artigo 927 são persuasivos ou obrigatórios?.....	162
3.8 O modelo brasileiro de precedentes é constitucional?.....	192

CAPÍTULO 4

A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES NO CPC/2015	203
4.1 A relevância da fundamentação das decisões judiciais e sua função legitimadora do exercício do poder	204
4.2 Papel endoprocessual da fundamentação: o artigo 489, § 1º	211
4.3 Papel extraprocessual da fundamentação.....	226

CAPÍTULO 5

A RELEVÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES PARA FORMAÇÃO E APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES	229
5.1 O rol do artigo 927: os riscos de apequenação do modelo brasileiro de precedentes.....	229
5.2 Critérios para identificar um precedente vinculante	234
5.2.1 Requisitos formais	235
5.2.2 Requisitos materiais: a necessidade de integridade e coerência também na fundamentação dos precedentes.....	237
5.3 Os riscos existentes no modelo brasileiro e os instrumentos fornecidos pelo CPC/2015 para otimizar cada elemento vinculante componente do sistema de precedentes	243
5.3.1 As súmulas (art. 927, incisos II e IV)	243
5.3.2 Os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos (art. 927, inciso III).....	266

BIBLIOGRAFIA.....	279
-------------------	-----